



Fonte:



09.04.2010 | Reportagem de Joana de Sousa Dias com as declarações de Carlos Almeida e António Martins sobre as falhas no SICPRO

Sistema informático prejudica cidadãos em milhões de euros

As falhas constantes no sistema informático que acompanhou o novo regulamento das custas processuais estão a prejudicar alguns cidadãos em milhões de euros.

O sistema informático que acompanhou a entrada em vigor do novo regulamento das custas processuais está a prejudicar muitos cidadãos em milhares de euros, prejuízos que começaram a verificar-se logo no início, em Novembro, até agora.

Ouvido pela TSF, o presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça afirmou que as falhas no SICPRO impossibilitam que se saiba a quem e quanto deve ser pago e que por isso «as pessoas não recebem».

«Se essas pessoas não recebem é dinheiro que lhes faz falta nomeadamente numa altura em que o país está a atravessar uma fase difícil», acrescentou Carlos Almeida, que diz que só em 2010 é que se começou a perceber que o programa não estava a funcionar correctamente.

Este sindicalista entende ainda que «se o Governo e a Assembleia da República tivessem vontade de revogar o regulamento das custas processuais e voltar ao que se tinha antes julgo que se tinha encontrado a solução».

Por seu lado, o presidente da Associação Sindical dos Juízes, António Martins, lembrou que poderá haver casos em que uma pessoa não consiga receber «milhares de euros de uma seguradora por causa de indemnização porque a conta não é feita».

Confrontado com esta situação, o Ministério da Justiça já determinou que fosse desenvolvida com rapidez uma aplicação informática de custas judiciais que permita uma gestão mais eficaz do processo de liquidação, cobrança e registo de receitas próprias dos tribunais.



[Link para ouvir a notícia](#)